



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A COMPANHIA

A PCTE é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporá no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	300,43
Tensão em kV:	500/440
Subestações próprias/acessadas:	5

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 47.207.188 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 43.676.150 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 e 2020 são:

	2021	2020
• Liquidez geral	13,02	1,07
• Liquidez corrente	13,75	2,50
• Relação patrimônio líquido/ativo	92,32%	6,98%
• Relação passivo não circulante/ativo	5,76%	83,62%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	0,36%	(284,32%)
• Relação lucro operacional/patr. líquido	5,05%	51,93%
Ativos totais - R\$	252.564.559	272.424.512
Lucro/(Prejuízo) do exercício - R\$	836.079	(54.035.954)

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o

lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas. Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.622.493	23.485.656	Fornecedores - terceiros		358.081	309.836
Concessionárias e permissionárias	6	4.953.454	4.858.795	Fornecedores - partes relacionadas	23	1.297.885	1.650.902
Contas a receber - partes relacionadas	23	707.540	1.281.049	Empréstimos - partes relacionadas	11	-	19.357.182
Estoques	7	1.944.077	1.851.222	Imposto de renda e contribuição social a pagar		379.619	331.006
Adiantamento a fornecedores		74.703	223.509	Outros impostos a pagar		565.311	584.334
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		82.061	611.502	Taxas regulatortares	12	1.043.415	1.994.255
Outros impostos a recuperar		60	9.637	Outros passivos circulantes	13	1.208.457	1.383.096
Ativo de contrato	8	32.798.587	31.124.818			4.852.768	25.610.611
Outros ativos circulantes		545.485	610.061	Passivo não circulante			
		66.728.460	64.056.249	Empréstimos - partes relacionadas	11	-	206.443.513
Ativo não circulante				Outras provisões - compensação ambiental	14	120.885	181.860
Ativo de contrato	8	180.040.546	202.487.673	Provisão contingências	14	97.088	97.088
Outros ativos não circulantes	9	5.190.032	5.152.560	Impostos diferidos	15	14.324.074	15.722.121
Imobilizado	10	602.401	726.972	Outros passivos não circulantes	16	-	5.363.663
Intangível		3.120	1.058			14.542.047	227.808.245
		185.836.099	208.368.263	Patrimônio líquido	17	446.678.009	233.350.000
Total do ativo		252.564.559	272.424.512	Capital social		(213.508.265)	(214.344.344)
				Prejuízo acumulado		233.169.744	19.005.656
				Total do passivo e do patrimônio líquido		252.564.559	272.424.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	Capital social	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	233.350.900	(160.308.390)	73.042.510
Ajuste de capital de acordo com o estatuto	(900)	-	(900)
Prejuízo líquido do exercício	-	(54.035.954)	(54.035.954)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	233.350.000	(214.344.344)	19.005.656
Aumento de capital (Nota explicativa 17)	213.328.009	-	213.328.009
Lucro líquido do exercício	-	836.079	836.079
Saldo em 31 de dezembro de 2021	446.678.009	(213.508.265)	233.169.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporá no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 21 de maio de 2009 e 01 de julho de 2009 tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da concessão:** A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007. No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km. (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430.000 (vinte e três milhões, quatrocentos e trinta mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 43.676.150 (quarenta e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, cento e cinquenta reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 47.207.188 (quarenta e sete milhões, duzentos e sete mil, cento e oitenta e oito reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Coronavírus (COVID-19): Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da

política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de: (i) Déficit na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA). (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações. Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 2,0% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos da COVID-19. No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc.) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,02% em 2020 e 0,5% no exercício de 2021, nos montantes de R\$3.163 (três mil, cento e sessenta e três reais) e R\$ 65.160 (sessenta e cinco mil, cento e sessenta reais) respectivamente, patamar considerado imaterial.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de março de 2022. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificamos entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	18	23.942.395	22.573.109
Custo da operação	19	(10.570.289)	(7.392.158)
Lucro bruto		13.372.106	15.180.951
Despesas gerais e administrativas	20	(901.625)	(4.137.305)
Outras despesas operacionais líquidas		(704.988)	(1.173.553)
Lucro antes do resultado financeiro		11.765.493	9.870.093
Resultado financeiro	21	(9.732.821)	(62.989.033)
Receita financeira		34.134.294	40.584.080
Despesa financeira		(43.867.115)	(103.573.113)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		2.032.672	(53.118.940)
IRPJ e CSLL correntes	22	(1.836.412)	(1.509.298)
IRPJ e CSLL diferidos	22	639.819	592.284
Lucro líquido/prejuízo do exercício		836.079	(54.035.954)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido/prejuízo do exercício	836.079	(54.035.954)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	836.079	(54.035.954)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos		2.032.672	(53.118.940)
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	11	10.971.981	59.850.577
Depreciação e amortização		136.995	146.919
Provisão para perda de crédito esperada	6	(16.112)	(523)
Provisão para compensação ambiental		(60.975)	267.283
Provisão para contingências	14	-	(37.950)
Outros		-	143.747
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(78.548)	(424.125)
Contas a receber		573.508	(931.778)
Ativo de contrato	8	20.773.357	20.235.357
Estoques		(92.855)	(1.002.981)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		529.441	(143.530)
Outros impostos a recuperar		9.577	(31)
Adiantamentos a fornecedores		148.805	69.604
Outros ativos		27.106	(498.655)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores e partes relacionadas		(304.772)	334.776
Tributos e contribuições sociais		80.716	717.478
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(1.049.697)	(1.704.039)
Outros impostos pagos		(1.596.067)	(1.617.967)
Juros pagos	11	(5.222.585)	(9.221.057)
Taxas regulatortares		(950.840)	207.846
Compensação ambiental		-	(1.318.131)
Outros passivos		(5.538.302)	(7.870)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		20.373.405	11.946.010
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(14.486)	(41.383)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(14.486)	(41.383)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/(Redução) de capital	17	-	(900)
Empréstimos pagos	11	(18.222.082)	-
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(18.222.082)	(900)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.136.837	11.903.727
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.485.656	11.581.929
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		25.622.493	23.485.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato: O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.5 Ativo imobilizado: Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos: Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos Correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Provisões para contingências: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11 Ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13 Receita operacional: As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da

infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14 Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. (b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15 Fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16 Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes: (a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021. (b) Reforma de taxas de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge. (c) Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06) • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15). • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26). • CPC 32 Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	907	907
Bancos	568.056	499.438
Aplicações financeiras (i)	25.053.530	22.985.311
	25.622.493	23.485.656

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 102,34% do CDI.

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial bruto		Juros, variação monetária e cambial		Liquidação Assunção da dívida		Liquidação principal		Saldo final bruto 31/12/2021
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	
State Grid International Development Limited (SGID)	225.800.695	225.800.695	10.971.981	10.971.981	(5.222.585)	(5.222.585)	(213.328.009)	(18.222.082)	-
Total	225.800.695	225.800.695	10.971.981	10.971.981	(5.222.585)	(5.222.585)	(213.328.009)	(18.222.082)	-

Financiador	Saldo inicial Bruto		Juros, variação monetária e cambial		Novas captações		Liquidação principal		Saldo final Bruto 31/12/2020
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	
State Grid International Development Limited (SGID)	175.171.175	175.171.175	59.850.577	59.850.577	(9.221.057)	(9.221.057)	-	-	225.800.695
Total	175.171.175	175.171.175	59.850.577	59.850.577	(9.221.057)	(9.221.057)	-	-	225.800.695

Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. e no montante de USD 70.800.011 (setenta milhões, oitocentos mil e onze reais), correspondente a R\$ 184.257.028 (cento e oitenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e vinte e oito reais), com pagamentos de principal e juros em 23 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04 de setembro de 2025. Em 2020 somente foi efetuado o pagamento dos juros. Nos meses de junho e julho de 2021, a Companhia pagou principal e juros no

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	4.401.849	4.248.962
Vencidas até 30 dias	3.953	2.029
Vencidas até 60 dias	1.631	1.422
Vencidas até 90 dias	1.679	812
Vencidas há mais de 90 dias	567.995	645.335
	4.977.107	4.898.560
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(23.653)	(39.765)
	4.953.454	4.858.795

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(39.765)	(40.288)
Reversão	16.223	25.965
Complemento de provisão	(111)	(25.442)
Saldo em 31 de dezembro	(23.653)	(39.765)

7. ESTOQUE

As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano

	31/12/2021	31/12/2020
Almoxarifado de manutenção e operação	1.944.077	1.851.222
	1.944.077	1.851.222

8. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	32.798.587	31.124.818
Não circulante	180.040.546	202.487.673
	212.839.133	233.612.491

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	253.847.848	15.361.773
Receita de O&M	10.739.283	10.739.283
Recebimentos	(45.331.055)	(1.005.358)
Imobilizado em curso	233.612.491	233.612.491
Saldo em 31 de dezembro de 2020	31.124.818	202.487.673
Circulante	31.124.818	202.487.673
Não circulante	202.487.673	233.612.491
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.950.519	9.861.530
Receita de remuneração (ii)	(46.585.407)	-
Recebimentos (iii)	-	-
Imobilizado em curso (iv)	212.839.133	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	32.798.587	180.040.546
Circulante	32.798.587	180.040.546
Não circulante	180.040.546	-

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração. (iii) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL dentro do próprio ano de homologação da RAP, respeitando o princípio da competência. (iv) Quitação de adiantamento que estava no imobilizado em curso no exercício de 2020. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicadores internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima do de sua recuperação.

9. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais trabalhistas	29.947	19.342
Depósitos judiciais fiscais	-	468
Antecipação de seguros	44	-
Reembolsos (i)	5.160.041	5.132.750
	5.190.032	4.912.440

(i) Valor refere-se a reembolso para as contingências fiscais apresentadas como prováveis conforme firmado no contrato de compra e venda, onde a Companhia comprometeu-se a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas nos termos e condições previstos no Contrato.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	1.404.147	11.979	-	-	1.416.126
Outros	5.372	-	-	-	5.372
Custo	1.409.519	11.979	-	-	1.421.498
(-) Máq. equipamentos	(682.547)	-	-	(136.550)	(819.097)
(-) Depreciação	(682.547)	-	-	(136.550)	(819.097)
	726.972	11.979	-	(136.550)	602.401
31/12/2019 Adições Baixas Depreciação	31/12/2020				
Máquinas e equipamentos	1.355.875	80.342	(32.070)	-	1.404.147
Outros	15.209	-	(9.837)	-	5.372
Custo	1.371.084	80.342	(41.907)	-	1.409.519
(-) Máq. equipamentos	(547.193)	-	1.890	(137.244)	(682.547)
(-) Depreciação	(547.192)	-	1.890	(137.244)	(682.547)
	823.891	80.342	(40.017)	(137.244)	726.972

11. EMPRÉSTIMOS

a. Total da dívida

Descrição	Venci- Início	Garan- mento	Encar- tidor	gos	31/12/2021	31/12/2020
					31/12/2021	31/12/2020
State Grid International Development Limited (SGID)	nov/14 dez/28	N/A	Libor + 2,85% a.a.	-	225.800.695	225.800.695
Circulante	-	-	-	-	19.357.182	206.443.513
Não circulante	-	-	-	-	-	225.800.695

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

nove reais) de principal através de um aumento do capital social no mesmo valor e R\$ 1.839.768 (um milhão, oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais) de juros. Neste empréstimo não havia cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva global de reversão (RGR) (i)	50.274	53.640
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	303.304	302.517
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	689.837	1.638.098
	1.043.415	1.994.255

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho nº 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 101.734 (cento e um mil, setecentos e trinta e quatro reais).

(ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 175.391 (cento e setenta e cinco mil, trezentos e noventa e um reais).

(iii) P&D: Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução.

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Férias	535.576	786.408
Provisão de Bônus	584.313	478.831
Tributos retidos	88.403	117.621
Outros	165	236
	1.208.457	1.383.096

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Servidões	97.088	97.088
	97.088	97.088

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	97.088	97.088
Adições e reversões, líquidas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	97.088	97.088
	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	135.038	-	135.038
Adições e reversões, líquidas	(135.038)	97.088	(37.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	97.088	97.088

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, ambientais, fiscais e cível, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista (i)	216.700	-
Ambiental (ii)	2.243.977	2.179.846
Fiscal (iii)	20.425.708	19.378.736
Cível (iv)	10.000	-
	22.896.385	21.558.582

(i) Processos trabalhistas: Referem-se a reclamação trabalhista movida em desfavor da Companhia, autuada sob o nº 0010404-27.2021.5.15.0004, que tramita junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Estado de São Paulo, e na qual se discute verbas contratuais legais, parcelas indenizatórias e outras. (ii) Processos ambientais: Referem-se a três processos administrativos, autuados sob o nº 02001.001571/2017-33, 02027.000945/2011-10 e 02001.001572/2017-88, os quais tramitam respectivamente pelos Estados de São Paulo e Brasília, junto ao IBAMA, e nos quais se discute suposto descumprimento de condicionante de licença de operação. (iii) Processos Fiscais: Referem-se a uma ação judicial e a três processos administrativos fiscais, que discutem diversos os tributos ICMS, ISS, IRPJ e CSLL. Os feitos foram autuados sob o nº 40385590, 15586.720028/2020-52 e 15586.720.029/2020-05, e tramitam pelo Estado do Espírito Santo. (iv) Processos cíveis: Refere-se a ação judicial objeto do Processo nº 1015253-48.2021.4.01.3803, do Estado de Minas Gerais, na qual se discute mandado de segurança com pedido de concessão de medida liminar inaudita altera parte.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia

	31/12/2021	31/12/2020
IR Diferido	4.256.783	4.672.250
CSLL Diferida	2.298.663	2.523.015
PIS Diferido	1.383.454	1.518.481
COFINS Diferido	6.385.174	7.008.375
	14.324.074	15.722.121

16. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2021	31/12/2020
Outras provisões passivas (i)	-	3.440.410
Atualização monetária	-	1.923.253
	-	5.363.663

(i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação e atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art. 173, inciso I da CTN.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: Conforme AGE de 30 de setembro de 2021, os Acionistas resolveram, por unanimidade, aumentar o capital social de R\$ 233.350.000 (duzentos e trinta e três milhões e trezentos e cinquenta mil reais) para R\$ 446.678.009 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil e nove reais), um aumento, portanto, de R\$ 213.328.009 (duzentos e treze milhões, trezentos e vinte e oito mil e nove reais), mediante a emissão de 213.328.009 (duzentas e treze milhões, trezentas e vinte e oito mil e nove) novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. O aumento de capital veio através do contrato de assunção da dívida, onde a SGBH passa a ser credora da dívida que a Companhia tinha com a SGID, através de um aumento de capital. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

(b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. (c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta (i)	26.770.769	25.302.960
Receita de operação e manutenção	15.950.519	15.361.773
Remuneração do ativo de contrato	9.861.530	10.739.283
Outras receitas	958.720	(798.096)
Deduções da receita operacional	(2.828.374)	(2.729.851)
PIS (corrente e diferido)	(174.010)	(164.249)
COFINS (corrente e diferido)	(803.123)	(758.071)
RGR	(1.240.997)	(1.238.559)
P&D	(439.575)	(406.637)
TFSEE	(170.669)	(162.335)
	23.942.395	22.573.109

(i) O reconhecimento da receita baseia-se no reconhecimento do direito adquirido de receber as RAPs reajustadas via homologação da ANEEL dentro do exercício fiscal da própria homologação, de forma a sempre trazer para o ano da homologação em si um impacto mais completo e corrigir parcialmente eventuais descasamentos de inflação. Dessa forma, o alto patamar atingido pela inflação ao longo de 2021 trouxe impacto representativo na RAP homologada para o ciclo 2021-2022 e, por conseguinte, a Companhia considerou como razoável reconhecer a diferença entre a RAP projetada no modelo (a uma inflação mais baixa) e a RAP do ciclo atual homologada pela ANEEL, dentro do próprio exercício.

19. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(5.674.193)	(5.435.486)
Material	(550.505)	(172.768)
Serviços de terceiros	(1.259.862)	(1.303.519)
Arrendamentos e aluguéis	(57.231)	(26.730)
Seguros	(123.431)	(114.000)
Tributos	(6.020)	(3.761)
Custo de operação e manutenção (i)	(2.136.809)	439.615
Comunicação e telecomunicação	(385.484)	(385.484)
Outros	(376.754)	(390.025)
	(10.570.289)	(7.392.158)

(i) Variação refere-se substancialmente na implementação do projeto de melhoria de instalação de bancos de baterias e retificadores independentes ao do sistema de proteção da Companhia.

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(3.313.630)	(3.321.929)
Material	(95.436)	(81.790)
Serviços de terceiros	(501.090)	(428.010)
Arrendamentos e aluguéis	(111.243)	(94.624)
Provisão (i)	3.448.289	127.934
(-) Recuperação de despesas	61.774	-
Tributos	(4.073)	(2.213)
Depreciação e amortização	(6.958)	(14.389)
Outras	(379.258)	(322.284)
	(901.625)	(4.137.305)

(i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art. 173, inciso I da CTN.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira	34.134.294	40.584.080
Receitas de aplicações financeiras	1.009.929	444.249
Variações cambiais ativas	33.056.773	40.131.949
Outras receitas financeiras	67.592	7.882
Despesa financeira	(43.867.115)	(50.573.113)
Variações cambiais passivas (i)	(38.812.411)	(90.871.091)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (i)	(6.957.204)	(12.195.686)
Outras despesas financeiras (ii)	1.902.500	(506.336)
	(9.732.821)	(62.989.033)

(i) Variação refere-se a câmbio na perda de variação cambial e juros sobre empréstimo com a SGID que foi quitado em setembro/21. (ii) Variação refere-se a baixa de atualização monetária de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art. 173, inciso I da CTN.

22. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas (i)	47.544.128	44.499.042
Base de cálculo (8%)	3.803.530	3.559.923
Outras receitas	1.164.862	379.896
Base de cálculo IR devido	4.968.392	3.939.819
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	(1.218.098)	(978.955)
(+) IR diferido/Outros	-	(6.679)
Total de IRPJ	415.467	384.600
(802.631)	(601.034)	
31/12/2021	31/12/2020	
47.544.128	44.499.042	
5.705.295	5.339.885	
1.164.862	379.896	
6.870.157	5.719.781	
(618.314)	(514.780)	
-	(8.884)	
224.352	207.684	
(393.962)	(315.980)	
(1.196.593)	(917.014)	
(1.836.412)	(1.509.298)	
639.819	592.284	

(i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	707.540	1.281.049
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	681.554	1.254.180
Outros	25.986	26.869

23.2 Passivo:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - partes relacionadas	1.297.885	1.650.902
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.297.885	1.650.902
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 11)	-	225.800.695

23.3 Resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	(15.251.933)	(64.640.225)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(2.442.757)	(1.624.822)
Aluguel (ii)	(96.334)	(80.575)
Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 21)	(6.957.204)	(12.195.686)
Variação cambial ativa do empréstimo com a SGID (nota explicativa 21)	33.056.773	40.131.949
Variação cambial passiva do empréstimo com a SGID (nota explicativa 21)	(38.812.411)	(90.871.091)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 24.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota 31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.622.493
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota 31/12/2021	31/12/2020

Contas a receber - partes relacionadas	23	707.540	1.281.049
Concessionárias e permissionárias	6	4.953.454	4.858.795

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota 31/12/2021	31/12/2020	
Empréstimos - partes relacionadas	11	-	225.800.695
Fornecedores - terceiros		358.081	309.836
Fornecedores - partes relacionadas	23	1.297.885	1.650.902

24.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: (a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. (b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente	25.622.493	23.485.656
Contas a receber partes relacionadas	7	



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com

base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 21/04/2022 18:08

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/21/POCOS1561823321042022.pdf>
Hash:165048888177c7f8ee49e94b849a0774d5d2ca7c74